

## PEDIDO DE EMISSÃO DA LICENÇA DE OBRA

(A preencher pela DSSOPT)

Entrada Nº : T-\_\_\_\_\_/201\_\_ de \_\_\_\_\_

Processo n.º \_\_\_\_\_

### Exmo. Senhor Director da DSSOPT:

Nos termos do disposto no artigo 42.º do Decreto-Lei nº 79/85/M, de 21 de Agosto, vem por este meio solicitar a V. Exa emissão da licença de obra:

Dono da obra						N.º de telemóvel:		
Endereço de contacto								
Local da obra	Area:	Rua:			Nº policial / Lote:			
	<input type="checkbox"/> Macau <input type="checkbox"/> Taipa <input type="checkbox"/> Coloane <input type="checkbox"/> Cotai	Edifício:	Fase:	Bloco:	Andar:	Moradia:		
(Indique na coluna anterior a designação da rua onde se localiza a entrada principal e esta coluna destina-se ao preenchimento de informações complementares)								
Tipo da obra	<input type="checkbox"/> Obra de construção <input type="checkbox"/> Obra de ampliação    ( <i>Pode escolher em simultâneo as seguintes subalíneas</i> ) <input type="checkbox"/> Sondagem <input type="checkbox"/> Tapume <input type="checkbox"/> Nivelamento do terreno <input type="checkbox"/> Protecção do talude <input type="checkbox"/> Base <input type="checkbox"/> Supraestrutura <input type="checkbox"/> Fundações <input type="checkbox"/> Tratamento paisagístico exterior <input type="checkbox"/> Via exterior <input type="checkbox"/> Rede de esgoto exterior <input type="checkbox"/> Entivações Nota: o respectivo lote possui condições para realização de tarefa de levantamento de solo a partir de ___(dia)/___(mês)/___(ano)							
	<input type="checkbox"/> Obra de modificação <input type="checkbox"/> Obra de modificação / legalização <input type="checkbox"/> Obra de reparação / conservação <input type="checkbox"/> Obra de demolição <input type="checkbox"/> Obra de consolidação <input type="checkbox"/> Obra de ligação à rede de drenagem de água pública <input type="checkbox"/> Outro (discriminar): _____							Prazo previsto da licença de obra <sup>(2)</sup> : _____ (dias)
N.º de página <sup>(2)</sup>	<b>Documentos obrigatoriamente entregues (assinale com “✓”)</b>							
	<input type="checkbox"/>	Declaração de representante da pessoa colectiva <sup>(1)</sup>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			A preencher pela DSSOPT
	<input type="checkbox"/>	Declaração de responsabilidade pela direcção técnica da obra	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
	<input type="checkbox"/>	Declaração de responsabilidade pela direcção técnica da obra de gas combustíveis <sup>(4)</sup>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
	<input type="checkbox"/>	Declaração de responsabilidade pela execução da obra	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
	<input type="checkbox"/>	Declaração de responsabilidade da entidade/empresa instaladora dos equipamentos de elevadores <sup>(4)</sup>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
	<input type="checkbox"/>	#Original ou fotocópia da apólice de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais <sup>(2)</sup> , conforme o estipulado no Decreto-Lei nº 40/95/M, com o prazo de vigência _____ano_____mês_____dia até _____ano_____mês_____dia	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
	<input type="checkbox"/>	Fotocópia do ofício de aprovação do projecto da obra, com o nº: _____	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
	<input type="checkbox"/>	Fotocópia do mais recente contrato de concessão do terreno ou documento comprovativo da prorrogação do prazo de aproveitamento do terreno <sup>(5)</sup>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
	<input type="checkbox"/>	Declaração do concessionário (ou documento de autorização de transmissão da quota da sociedade) e documento comprovativo do registo comercial <sup>(6)</sup>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
	<input type="checkbox"/>	# Original ou fotocópia da licença de peajamento de carácter temporário – Tapumes e Andaimos emitida pelo IAM <sup>(7)</sup>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
	<input type="checkbox"/>	# Original ou fotocópia do documento comprovativo de autorização para corte de árvores, emitido pelo IAM <sup>(8)</sup>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
	<input type="checkbox"/>	# Original ou fotocópia do documento comprovativo legal de constituição de associações de beneficência com fins de caridade e instituições de utilidade pública	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
	<input type="checkbox"/>	Outro (indique): _____	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
# No caso de escolher a entrega de fotocópia, deve o requerente acompanhar o respectivo original para efeitos de autenticação.								
<Outras informações>		Nota: foi entregue o pedido de início da obra <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim, N.º de requerimento : T-_____/201__ de _____						

Indique a forma pretendida para a recepção do ofício da DSSOPT:

- carta registada com aviso de recepção  
 levantamento junto da DSSOPT, após a recepção do aviso destes Serviços através de SMS para o nº de telemóvel: \_\_\_\_\_

Assinatura do requerente: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ ano \_\_\_\_\_ mês \_\_\_\_\_ dia

(A assinatura deve ser idêntica à do documento de identificação, devendo apresentar o original do mesmo para efeitos de verificação.)

#### Declaração de Recolha de Dados Pessoais

De acordo com a Lei nº 8/2005- “Lei da Protecção de Dados Pessoais”:

- Os dados pessoais recolhidos são tratados com finalidades relativas ao seu requerimento.
- Em cumprimento de obrigação legal, os dados pessoais podem ser comunicados às outras entidades competentes.
- Os titulares dos dados têm direito de acesso, rectificação e actualização aos seus dados pessoais conservados pela DSSOPT.

**{Regras Básicas para Emissão da Licença de Obra}**  
e {Observações} no verso do impresso ➔



### **⟨ Observações ⟩**

1. Em caso de pessoa colectiva, deve-se ainda preencher a “Declaração de representante da pessoa colectiva”).
2. Na apreciação do prazo da licença de obra, será considerado pela DSSOPT o prazo mais curto em relação ao prazo solicitado e o prazo referido na apólice de seguro que foi entregue, e não ultrapassa o prazo de aproveitamento do terreno eventualmente existente.
3. Regra de enumeração: As páginas devem ser enumeradas a partir do pedido (a presente folha) em forma subsequente com números arábicos.
4. No caso da obra incluir o projecto de gases combustíveis, deve ser também entregue a declaração de responsabilidade pela direcção técnica da obra de gases combustíveis. Caso seja incluído o projecto de equipamento de elevadores, deve ser entregue a declaração da entidade/empresa instaladora de equipamento de elevadores.
5. Nas obras de construção ou de ampliação, deverá ser entregue a cópia do mais recente contrato de concessão do terreno, excepto nos casos em que se trate de terreno em regime de propriedade perfeita. No caso de não entregar a respectiva cópia, deverá ser apresentada a justificação.
6. Caso seja obra de construção ou de ampliação e o concessionário seja pessoa colectiva, O concessionário do terreno deve entregar a declaração, declarando que a transmissão de acumulação da quota da sociedade não é superior a 50% e que não existe a procuração irrevogável ou substabelecimento, excepto nos casos em que se trate de terreno em regime de propriedade perfeita, cuja minuta se encontra no website da DSSOPT para fazer download.
7. Durante a execução da obra caso seja necessário a ocupação temporária dos passeios envolventes, na altura de apresentar o pedido de emissão da licença da obra, deve o requerente entregar ainda o original ou cópia da licença de peajamento de carácter temporário – Tapumes e Andaimos do IAM e no caso a obra vinha afectar o tráfego público, deve então entregar o pedido de adopção de medidas provisórias de trânsito na Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego.
8. No caso do início da obra necessitar de corte de árvores, deve entregar o documento comprovativo de autorização para corte de árvores, emitido pelo IAM.
9. Através do n.º de entrada na DSSOPT (Talão n.º) e o consulta n.º para Internet, o requerente poderá consultar o resultado da apreciação na website da DSSOPT.

### **⟨ Regras Básicas para Emissão da Licença de Obra ⟩**

- 1 O respectivo projecto foi considerado aprovado ou aprovado condicionalmente. Quanto às situações em que é necessário elaborar ou alterar o contrato de concessão do terreno, o respectivo projecto deve ser considerado passível de aprovação ou aprovação condicional.
- 2 Foi entregue a declaração de responsabilidade do técnico ou da empresa qualificada responsável pela direcção técnica e execução da obra.
- 3 Foi entregue a apólice de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 40/95/M, tendo em conta o seguinte:
  - 3.1 O segurador deve ser dono da obra ou contrutor/empresa construtora responsável pela execução da obra;
  - 3.2 Indicação da natureza da obra (coincidente com o referido no impresso);
  - 3.3 Indicação da local da obra (coincidente com o referido no impresso);
  - 3.4 Indicação da data e das horas do início e do termo do prazo da apólice de seguro;
  - 3.5 Indicação do valor de protecção da apólice de seguro;
  - 3.6 Indicação da legislação aplicável;
  - 3.7 A apólice de seguro não pode ser “cover note”.
- 4 Caso seja obra de construção/ampliação, excepto as alíneas 1 a 3 supramencionadas, deve ainda ter conta o seguinte:
  - 4.1 No caso de ser terreno do Estado, o respectivo contrato de concessão de terreno tem sido publicado no Boletim Oficial;
  - 4.2 No caso de não satisfazer o exigido no ponto 4.1, deve ser em conformidade com o disposto no artigo 142.º da Lei n.º 10/2013 de 21/09/2013.
  - 4.3 O prazo solicitado da licença de obra não ultrapassa o respectivo prazo de aproveitamento previsto no contrato de concessão do terreno;
  - 4.4 Caso haja dez ou mais de dez fracções autónomas, o regulamento do condomínio tem sido entregue e aceite;
  - 4.5 Caso haja case(s), a declaração de responsabilidade pelos estragos das vias e construções vizinhas tenha sido entregue.
- 5 Caso seja obra de demolição, excepto as alíneas 1 a 3, deve ainda ter conta o seguinte:
  - 5.1 Foi adoptada a correspondente medida de protecção para a parte necessariamente mantida, por exemplo, o plano de contenções que foi aprovado.
  - 5.2 O projecto da obra de construção/ampliação do mesmo local foi considerado aprovado ou aprovado condicionalmente. Quanto às situações em que é necessariamente elaborar ou alterar o contrato de concessão do terreno, o respectivo projecto deve ser considerado passível de aprovação ou aprovação condicional.

Nota: As condições acima referida são apenas básicas e variam conforme a particularidade de cada caso. O cumprimento das condições supramencionadas não significa o devido emissão da licença de obra.